Para mais informações, medidas preventivas e orientações sobre onde buscar ajuda, acesse a Cartilha **"Violência Política contra as Mulheres em Perspectiva Interseccional"**, elaborada pelo NEPEM.

Conheça também o **segundo folder sobre este tema**, onde tipificamos as diversas formas de violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional e exemplificamos os atos, ações e omissões vivenciados pelas mulheres que sofrem esse tipo de violência.

CONTEÚDO PRODUZIDO EM PARCERIA COM

nepem UFMG

FAPEMIG

O Conselho Regional de Psicologia é uma autarquia de direito público, com o objetivo de orientar, fiscalizar e disciplinar a profissão de psicóloga(o), zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão. Faz parte do Sistema Conselhos, estando diretamente ligado ao Conselho Federal de Psicologia.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

Participe das atividades da Comissão de Orientação em Psicologia, Mulheres e Questões de Gênero

www.crpmg.org.br
instagram.com/crpmg

Violência Política Contra as Mulheres em Perspectiva Interseccional (VPCMI)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS

A **Violência Política Contra as Mulheres em Perspectiva Interseccional (VPCMI) é um fenômeno complexo, frequentemente naturalizado e descredibilizado**. De acordo com a Cartilha produzida pelo NEPEM/UFMG sobre a VPCMI, essa forma de violência pode ser entendida como:

> **"Qualquer ato, ameaça, conduta ou omissão** – incluída a tolerância – **que provoque dano ou sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou econômico às mulheres**, cuja prática tem por objetivo **impedir o reconhecimento, o gozo, a fruição ou o exaercício da cidadania política plena**, pressuposto para o exercício de direitos políticos (inclusive o direito de ocupar cargos públicos, o direito ao voto secreto, de associação e reunião, de fazer campanha livremente e de exercer sua liberdade de opinião e expressão, entre outros), **em razão de gênero, identidade de gênero, sexo, orientação sexual, raça, cor, etnia, idade, escolaridade, religião, deficiência, pertencimento político, identificação ideológica, pertencimento a uma região do país ou a outro país, ativismo ou pertencimento a movimentos sociais, bem como em razão das suas intersecções."**

A violência política pode ser praticada por qualquer pessoa — incluindo membros da família —, grupo, comunidade ou organização (inclusive agentes do Estado), de maneira individual ou coletiva, direta ou indireta, isolada ou organizada, em espaços públicos ou privados, tanto no formato presencial quanto online.

Afinal, o que é considerado atuação política das mulheres?

É fundamental compreender que a atuação política das mulheres não se restringe ao exercício de funções nos poderes Judiciário, Legislativo, Executivo ou no Ministério Público. Essa atuação deve ser compreendida de forma ampliada, englobando também o ativismo político, a participação em movimentos sociais, grupos, coletivos, conselhos de classe, organizações da sociedade civil, bem como o envolvimento em cargos eletivos ou em instâncias de controle social, como os conselhos de direitos nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Todas essas formas de atuação expõem as mulheres à possibilidade de vivenciarem a violência política em seu cotidiano. No entanto, a **Lei nº 14.192/2021**, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres, abrange exclusivamente aquelas que exercem mandato oficial e candidatas.

Quem são as principais vítimas da VPCMI?

Mulheres, pessoas negras, população LGBTQIAPN+, defensoras e defensores de direitos humanos. Ela pode ser direcionada a pré-candidatas, candidatas e ocupantes de cargos nos poderes Legislativo e Executivo, bem como a profissionais que atuam com essas mulheres, por prestarem assistência às vítimas.

Para avaliar sua condição de segurança individual e auxiliar no desenvolvimento de um plano de segurança, escaneie o QR code com o celular e acesse o **Questionário "Pense10"**, do Instituto Nacional Democrata para Assuntos Internacionais (NDI, sigla em inglês).

Quais são os efeitos da Violência Política Contra as Mulheres em Perspectiva Interseccional?

Essa prática afeta profundamente a vida das mulheres em diversos níveis:

- individualmente, comprometendo sua integridade física e psicológica, impactando diretamente seu bem-estar;
- coletivamente, afetando seus núcleos familiares, comunidades e os espaços coletivos onde atuam;
- em sua participação no debate e na ação política, prejudicando sua presença e engajamento tanto na esfera privada quanto pública.

Como a Psicologia se relaciona com isso?

A Psicologia desempenha um papel essencial na compreensão e no enfrentamento da violência política contra as mulheres (VPCMI), sendo crucial que as/os profissionais da área estejam cientes dos impactos psicológicos nas pessoas que vivenciam este tipo de violência, consigam identificá-la e adotem intervenções que considerem a interseccionalidade, a fim de abordar de maneira assertiva esse tipo de violência, independentemente do contexto em que atuem.